

Um balanço comparativo Brasil-Cuba

EDUARDO MATARAZZO SUPPLY

MAR 1988

PAULO

Jm exame da evolução dos principais indicadores sócio-econômicos do Brasil e de Cuba nas últimas três décadas deve obviamente ser qualificado em função das diferenças de superfície, recursos naturais, condicionantes históricos e tantos outros fatores. De qualquer maneira, na medida em que o Brasil caminhou dentro das regras do capitalismo, ainda que com crescente presença do Estado na economia, enquanto que Cuba, a partir de 1959 mais ainda de 1961, optou decisivamente pela construção de um sistema socialista, é sempre relevante se traçar algum paralelo.

Não se têm estimativas precisas que possam assegurar o quanto maior era o produto per capita de Cuba em relação ao do Brasil ao final dos anos 50 e as estimativas que se possam fazer dos valores atuais não são facilmente comparáveis em função das diferenças na avaliação do câmbio. Enquanto o valor do dólar no mercado paralelo no Brasil, negociado em grande volume, tem um cotação de 25% a 30% acima do oficial, em Cuba, chega a ter uma cotação até seis vezes maior.

O Relatório do Desenvolvimento do Mundo, do Banco Mundial, de 1978, estima que, em 1976, o Produto Nacional Bruto per capita do Brasil havia atingido US\$ 1.140, enquanto que o de Cuba, US\$ 860. Estima também que a taxa média de crescimento anual do PNB per capita, no período, 1960-76, foi de 4,8% para o Brasil e de -0,4% para Cuba. Se estas taxas de crescimento anuais médias forem aplicadas, estimariamos que, em 1960, o PNB per capita brasileiro seria de US\$ 519, inferior ao cubano, então em torno de US\$ 917 (dólares de 1976).

Já no período 1975-85, conforme os critérios dos Anuários Estatísticos do Brasil, de 1986, e de Cuba, de 1985, os últimos publicados, o PIB per capita brasileiro cresceu 19,8%, enquanto que o Produto Social Global per capita de Cuba cresceu 54,6%. Em 1985, o Produto Interno Bruto do Brasil foi estimado oficialmente (Programa de Ação Governamental) em US\$ 265 bilhões, para uma população de 135,5 milhões, o que daria um PIB per capita da ordem de US\$ 1.950. Em Cuba, o Produto Social Global de 1985 foi de 26,9 bilhões de pesos, para uma

população de 10,152 milhões, o que daria um produto per capita de 2.650 pesos cubanos. Se utilizada a taxa de câmbio oficial do Banco Nacional de Cuba, para 1985, de 1,09 pesos por dólar, o produto per capita seria de US\$ 2.431, portanto superior ao do Brasil. De acordo com as estimativas oficiais, em 1986 e 1987, o PIB per capita no Brasil cresceu, respectivamente, 5,6% e 1,3%. Para Cuba há apenas o registro, segundo o Banco Nacional de Cuba, de que a produção mercantil aumentou 1,4% em 1986. Pelo que observou Diana Iglesias Garcia, diretora de organização da Junta Nacional de Planejamento, que entrevistei em janeiro último, não houve crescimento, em 1987, em vista sobretudo das más condições climáticas —terceiro ano de seca— que afetaram a safra agrícola.

A taxa média de crescimento anual da produção de energia elétrica, segundo o Relatório do Banco Mundial de 1987, nos períodos 1965-80 e 1980-85, respectivamente, foram de 8,6% e 12,6% no Brasil, e 8,1% e 28,1% em Cuba. Já as de crescimento de consumo de energia foram, respectivamente, de 10,0% e 3,2% no Brasil, e 5,8% e 0,9% em Cuba. O consumo de energia per capita, em quilogramas de equivalente de petróleo, de 1965 a 1985, passou de 286 para 781 no Brasil, e de 604 para 1.075 em Cuba.

A esperança de vida ao nascer do brasileiro, segundo a Fundação IBGE, evoluiu de 42,74, em 1940, para 45,90, em 1950; 52,37, em 1960; 52,67, em 1970; 60,08, em 1980, e 64,5 anos, em 1985. Já, segundo o Anuário Estatístico de Cuba, a dos cubanos, que era de 62, em 1960; 67, em 1965; alcançou 70, em 1970; e 75 anos, em 1985. Esta é uma taxa próxima da observada nos países mais desenvolvidos, como a República Federal da Alemanha e os Estados Unidos, ambos com 75,5, em 1985.

A taxa de mortalidade infantil para cada 1.000 nascidos vivos, no Brasil, evoluiu de 118,13 na década de 1950/60; para 116,94, na de 1960/70; 87,88, na de 1970/80; 82,4 no período 1975/80; e 67 em 1985. Em Cuba, ela progrediu de algo em torno de 60 a 70, segundo estatísticas imperfeitas do final dos anos 50, para 46,7, em 1969; 38,7, em 1970; 27,5, em 1975; 19,6, em 1980; 16,5 em

1985; e, finalmente, sua mais baixa taxa na história, 13,3, em 1987, também próxima à alcançada pelos países mais desenvolvidos, como a RFA e os EUA, com 10 e 11, em 1985, respectivamente.

Alguns observadores procuram minimizar os indicadores sociais atingidos por Cuba em função de ter tido um crescimento menor da população do que a registrada pelo Brasil. É fato que a população brasileira cresceu a taxas anuais médias de 2,5%, de 1965 a 1980, e de 2,3%, de 1980 a 1985, enquanto a população cubana cresceu, respectivamente, a taxas menores de 1,5% e 0,8%. Há que considerar, entretanto, que a densidade populacional em 1986, no Brasil atingiu 16,6 habitantes por km², enquanto que em Cuba chegou a 92, o que significa para o Brasil uma disponibilidade de recursos naturais per capita bem superior à de Cuba.

A taxa de analfabetismo entre as pessoas de 15 anos ou mais, no Brasil, passou de 51% em 1950, 39% em 1960, 33% em 1970, 23% em 1980, para 20,7%, em 1985, o que representava 17.284.056 pessoas, ligeiramente menos do que os 18.146.977 que não sabiam ler e escrever em 1970. Em Cuba, estima-se que a Campanha Nacional de Alfabetização, a qual mobilizou cerca de 100 mil estudantes e trabalhadores voluntários durante seis meses, em 1961, os quais moraram em vilas e em regiões rurais durante seis meses elevando o nível educacional de 700 mil adultos, contribuiu para baixar a taxa de analfabetismo de 23,6% dentre os de dez anos ou mais, em 1953, para 3,9% em 1961. Hoje, praticamente não há analfabetos em Cuba.

A proporção de estudantes matriculados em cursos secundários em relação à população de 12 a 17 anos, no Brasil, evoluiu de 11% em 1960, 18% em 1976, para 35% em 1984; enquanto, em Cuba, de 14% em 1960, 41% em 1976, para 75% em 1984, conforme o Relatório do Desenvolvimento Mundial de 1979 e 1987. Já a proporção de estudantes matriculados em escolas de nível superior, dentre a população de 20 a 24 anos, no Brasil evoluiu de 2% em 1960, 10% em 1975, para 11% em 1984; enquanto, em Cuba, aumentou de 3% em 1960, para 11% em 1975, para 20% em 1984.

O que mais impressiona positiva-

mente o brasileiro que vai a Cuba é o grau de atenção dado à população pelos serviços gratuitos de educação e saúde, tanto na capital quanto no interior, mesmo nas regiões menos habitadas, nas montanhas. Começando pelos círculos infantis ou creches, passando pelo Palácio dos Pioneiros onde as crianças têm contato com as mais diversas profissões, pelas escolas secundárias até o ensino superior, nota-se que os cubanos estão com uma preparação média de alta qualificação. Contrasta muito com a situação de milhões de crianças brasileiras que abandonam ou não têm condições de ir à escola o fato de que não há jovem em Cuba que deixe de ir à escola pelo menos até os 16 anos, mesmo no campo.

O que não impressiona bem é a falta de cuidado com as moradias e edifícios antigos, que nos últimos anos começaram a ser restaurados, a morosidade do sistema de planejamento, em detectar e dar resposta à necessidade dos serviços, do comércio e dos lugares de comer em geral, e a pequena variedade de bens normalmente disponíveis nas lojas para os cubanos que, naturalmente, têm curiosidade pelo que é vendido naquelas para estrangeiros, onde se paga em dólar. A liberdade e a democracia estão delimitadas, na medida em que são estimuladas as críticas que se possam fazer dentro do socialismo, mas que não há espaço para o questionamento aberto do sistema.

De qualquer maneira, Cuba constitui um exemplo para os brasileiros em muitos aspectos, assim como, em outros, o Brasil pode ser um exemplo para os cubanos. Não há dúvida que Cuba demonstrou, mesmo para um país de renda per capita não muito distante da alcançada pelo Brasil, que é possível se erradicar a miséria e melhorar significativamente os padrões de saúde e de educação de todos os que resolveram ficar no país. Atingir padrões semelhantes de indicadores sociais consistentemente com a democratização da nação constitui um desafio para os brasileiros.

EDUARDO MATARAZZO SUPPLY, 46, doutor em Economia pela Universidade de Michigan (EUA), foi deputado federal pelo PT-SP e é professor da Fundação Getúlio Vargas (SP).